

Água

Cobrança pelo uso da água é decidida este ano

Se depender do governo do Estado, todos os usuários de água bruta – empresas de abastecimento público, indústrias com captações próprias, agricultura irrigada, entre outras atividades econômicas – vão ter de pagar pelo seu uso ainda este ano. É que está na Assembleia Legislativa o Projeto de Lei 676/00, que tem o objetivo de promover a utilização racional dos recursos hídricos e a proteção das águas, por meio da cobrança.

Hoje em dia, a população de São Paulo paga apenas pelo consumo de água tratada e pela coleta das águas servidas das residências e empresas.

Complementando as atuais normas de gerenciamento dos recursos hídricos, a nova legislação institui a obrigatoriedade de pagamento, tanto para quem estiver retirando uma determinada quantidade de água dos mananciais superficiais e subterrâneos, quanto para quem estiver despejando efluentes nos cursos d'água.

A atual legislação estadual já estabelece a outorga de direito de uso concedida em caráter precário pelo DAEE. “Tanto na legislação federal como na estadual, o abastecimento público tem prioridade absoluta em relação a outros usos, ainda que já estejam outorgados”, explica Celso Antonio Perticarrari, secretário-executivo do Comitê da Bacia do Pardo.

Definição de preços

O Conselho Estadual de Recursos Hídricos estabelecerá um limite para o valor a ser cobrado. Cada comitê de bacia, partindo desse valor, pode definir menores preços a serem cobrados de cada um dos setores usuários, conforme as atividades ou usos. Além disso,

os recursos devem ser integralmente aplicados na bacia onde foram arrecadados. Cada comitê poderá priorizar a cobrança de quem polui e cobrar muito menos dos que simplesmente captam água. Ou ainda, cobrar apenas dos que poluem. “Pretendemos sobre-taxar o poluidor e sub-taxar o usuário que não polui, só consome água”, explica o Secretário do Estado de Recursos Hídricos, Saneamento e Obras, Antonio Carlos de Mendes Thame. Para o setor agrícola, o projeto de lei apresenta um dispositivo especial: esses usuários só estarão sujeitos à cobrança a partir de 2005, “prazo suficiente para o cadastramento completo dos irrigantes e demais usuários agrícolas”.

Instrumento de gestão

Segundo cálculos preliminares da Secretaria, a forma como se pretende instituir a cobrança em São Paulo indica o valor de R\$ 0,01 por metro cúbico de água captada. Por exemplo, “uma pessoa consome entre 150 a 200 litros por dia. Quatro pessoas consomem de 600 a 800 litros por dia. Em 30 dias, 18 a 24 m³. Assim, no fim de um mês, o montante ficará entre R\$ 0,18 e R\$ 0,24, valores praticamente insignificantes”, informa o Secretário Mendes Thame.

Da mesma forma, também foi feito o cálculo dos valores cobrados de uma cervejaria, que consome um milhão de litros/dia sem nada pagar. O consumo total em 30 dias chega a 30 mil m³. Essa empresa, que perfurou poços e tira a água do aquífero para produzir cerveja e refrigerantes, deve passar a pagar R\$ 300,00/mês. Contudo, estes cálculos referem-se apenas a um lado da moeda. “Nele não está incluída a cobrança referente aos

efluentes da cervejaria. Se os mesmos continuarem a ser despejados sem tratamento nas águas dos rios, poderá implicar um pagamento quase 100 vezes maior, o que induzirá a empresa a instalar sua própria estação de tratamento e pagar um valor menor. “A lei de cobrança pelo uso da água não é um simples instrumento arrecadatório, mas sim um instrumento de gestão. Melhor do que cobrar de quem polui, para investir na reversão da degradação por ele causada, é induzir quem polui a deixar de fazê-lo”, argumenta o Secretário.

Precipitação

Na opinião do vice-presidente da Vale do Rosário, Cícero Junqueira Franco, a cobrança da água neste momento é um pouco precipitada em relação ao setor industrial. “Antes disso, precisamos contar com uma política racional de águas, com um programa efetivo de conservação e uso da água e energia nos processos industriais”, diz ele.

Para reduzir o consumo, muitas agroindústrias da região de Ribeirão Preto têm adotado o sistema de reutilização ou reciclagem das águas servidas. “É uma tecnologia moderna que tem trazido economia e bons resultados, pois a água é utilizada em circuitos fechados, com reposição somente da quantidade evaporada”, explica Junqueira Franco.

Na sua opinião, a área agrícola, contudo, abre espaço para uma discussão mais ampla sobre o tema, viabilizando o sistema de cobrança.

Em todo o mundo, é cada vez maior o uso da irrigação para atender a demanda crescente da produção de alimentos. “No Estado de São Paulo, do total de água consumida, 60% corresponde à agricultura, 20%, à indústria e 10% a 15%, o uso doméstico”, comenta Celso Porticarrari.

Ao mesmo tempo, deve-se levar em conta, nas atividades agrícolas, a adequação das tecnologias disponíveis. A reciclagem ou reutilização das águas, que vem sendo adotada no setor industrial, não pode ser empregada na agricultura. “No ciclo da produção, a água penetra no solo e desenvolve a cultura. Como se vê, não há meios de se recuperar a água utilizada”, salienta Junqueira Franco.

Tecnologias adequadas

A irrigação localizada ou por gotejamento, como é mais conhecida, é considerada hoje a tecnologia mais econômica, em relação ao consumo de água. Mas além de exigir maiores investimentos, nem toda a cultura permite o emprego do sistema. “Esta técnica pode ser usada nas pequenas culturas de café, em fruticulturas. Mas não é adequada para o plantio de grãos ou culturas anuais”, assinala ele.

No caso das culturas de grãos, Reginaldo Branquinho Coelho, secretário-executivo da Bacia de Sapucaí-Mirim/Grande, garante que é possível se obter um maior controle no consumo da água com o uso de equipamen-

tos específicos para se medir a evaporação, a umidade do solo, entre outras coisas, evitando-se o desperdício.

Com a escassez crescente da água, é geral o consenso de que é preciso maximizar a agricultura no período das chuvas e diminuir a agricultura intensiva. “Temos que buscar alternativas que reduzam o consumo de água e energia sem prejudicar a produtividade”, enfatiza Junqueira Franco.

Administrar conflitos

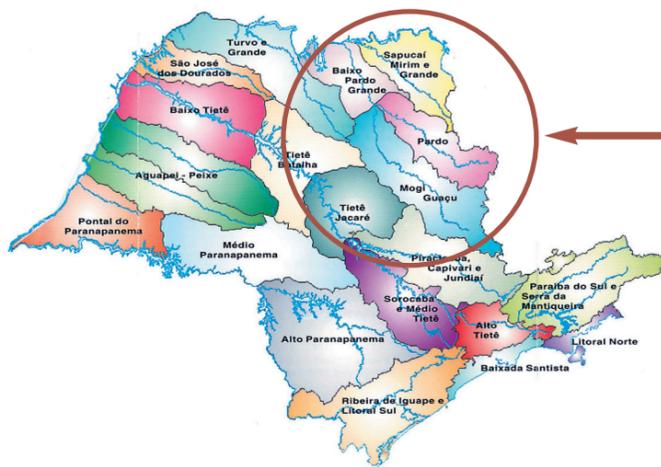
Outra situação comum em relação à captação, é o conflito entre os usuários de um mesmo curso d'água. “Muitas vezes, em períodos mais secos, é preciso desligar alguns pivôs centrais – grandes equipamentos de irrigação – abastecidos pelo mesmo ribeirão. Quem capta a jusante (córrego abaixo), corre o risco de não ter água disponível devido à captação a montante (córrego acima)”, explica Branquinho Coelho. Neste caso, conforme salienta Junqueira Franco, é viável a instituição de uma política cobrança justa e eficiente, também integrada a um projeto de conservação e uso racional da água. “Precisamos do respaldo legal para definir prioridades”, diz.

Avanços na legislação

Os princípios que regem a legislação nacional e estadual de recursos hídricos são compatíveis com práticas internacionais adotadas em vários países. “Já temos uma legislação em vigor para bacias de rios federais ou interestaduais e, desde o ano passado, já contamos com a Agência Nacional de Águas - ANA, mais um grande avanço para todos nós”, enfatizam os técnicos.

Dentro dessa tendência, o projeto de lei na Assembleia Legislativa “é essencial para promover o equilíbrio e dar sustentabilidade ao uso dos recursos hídricos nas bacias hidrográficas, compatibilizado com o desenvolvimento sócio-econômico”, assegura o Secretário de Recursos Hídricos.

Em seu artigo, intitulado “Certificação da qualidade também na água, insumo fundamental da agropecuária”, o Secretário de Agricultura e Abastecimento do Estado de S. Paulo, João Carlos de Souza Meirelles, afirma que as exigências que norteiam o comércio internacional neste século, baseiam-se no princípio de rastreabilidade nas cadeias produtivas e suas conseqüências. Ou seja, qualquer produto comercializado deverá exibir certificados de garantia da sanidade e da qualidade, desde sua origem de produção até chegar ao consumo. Isso implica que, por exemplo, para exportar carne bovina, o produtor tem que informar onde o boi foi criado, de que água ele bebeu, de que pastagem foi nutrido. Assim, o principal aspecto da cobrança tem a ver com o conceito de desenvolvimento sustentável, que só será viável se o solo continuar fértil e conservado, se a água estiver disponível em quantidade e qualidade requeridas para atender as necessidades e a preservação ambiental.



As bacias da nossa região

Bacias	Nº Municípios	Situação
Mogi-Guaçu	38	Situação crítica
Pardo	23	Situação crítica
Sapucaí Mirim/Grande	22	Situação de alerta
Baixo Pardo/Grande	12	Situação de alerta

Buritizal

A número um em habitação

De acordo com relatório elaborado pela Organização das Nações Unidas – ONU, a cidade de Buritizal tem a melhor qualidade de vida em todo o Brasil em matéria de moradia. Todos residem em casas de alvenaria e contam com serviços de água potável e esgotos adequados.

O município, situado ao norte de Ribeirão Preto, próximo à Franca, é um bom exemplo do progresso e da qualidade de vida trazidos pelo agronegócio à região. Com boas administrações e uma população operosa, Buritizal, que tem apenas uma área de 272 Km² e 3.700 habitantes, fez por merecer essa classificação privilegiada.

O fato de o município ser pequeno e com uma população reduzida certamente ajudaram nessa conquista, mas isso só não explica o bom resultado. Todos conhecem inúmeros exemplos de cidades do mesmo porte de Buritizal, cujo padrão e perfil habitacional é infinitamente inferior, com parte dos habitantes morando em favelas ou taperas.

A existência de uma agricultura moderna e de uma importante agroindústria no município estão na base da geração de condições econômicas favoráveis para chegar ao resultado mostrado pela ONU. Segundo a organização, em Buritizal, as moradias são dignas e duráveis, construídas convencionalmente em alvenaria. “Aqui no município não existem favelas, casas de madeira, de papelão ou gente morando nas ruas”, afirma satisfeito o prefeito da cidade, Agliberto Gonçalves.

Abastecimento adequado

Ao mesmo tempo, todas as casas possuem água potável, com aplicação de cloro e flúor, além de tratamento de esgoto. Conforme os levantamentos da entidade internacional, esta é uma das únicas cidades do Brasil a atingir o índice de 100% de abastecimento de água e esgoto adequado – fatores que também contribuíram para chegar à primeira posição no ranking nacional de habitação.

Não é à toa que os habitantes de Buritizal têm o maior orgulho da cidade. “Como todo cidadão buritizalense, sinto grande alegria em saber que minha cidade tornou-se conhecida positivamente e não negativamente



Usina Buriti

FOTO TIAGO BERTANHA REMOTO

como ocorre com outras regiões”, comenta o morador Wilson Donizette Lucindo, nascido no município.

De onde vem a renda

Buritizal foi fundada em maio de 1873 com o nome de Buritis, numa alusão às inúmeras palmeiras que existiam na região.

Conhecida pelas belezas naturais de sua reserva ecológica - mata nativa, animais e cachoeiras - possui culturas de cana - de - açúcar (600 mil toneladas safra 2001), milho (110 mil sc 60kg safra 2001) e soja (84 mil sc 60 kg safra 2001) e produz também café, sorgo e arroz, segundo informações do EDR, Orlandia. Conta com uma moderna usina de álcool, a Buriti. “Com apenas seis anos de existência, produzimos 72 milhões de litros ao ano”, informa Luiz Alberto Zavanela, seu gerente agrícola.

Essa produção representa cerca de 1,8% do volume total de álcool fabricado na região de Ribeirão Preto, que atinge quatro bilhões de litros ao ano. Comprometida com a preservação do meio ambiente, a usina adota todas as medidas necessárias para produzir em condições que criem o menor impacto. Entre elas a mecanização da colheita em praticamente toda sua totalidade (80%). Segundo o prefeito, “a instalação da usina trouxe muitos benefícios à cidade, tanto na geração de emprego quanto na arrecadação do ICMS”.

Números da cidade

- ✓ 0,021% de participação na arrecadação do ICMS
- ✓ 91% de taxa de alfabetização
- ✓ 2 estabelecimentos no setor de agropecuária
- ✓ 2 indústrias (hidrelétrica e usina de álcool)
- ✓ 85 estabelecimentos comerciais
- ✓ 149 prestadores de serviços
- ✓ 2 estabelecimentos bancários

FONTE: PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE BURITIZAL

Agro

Ano 2, nº5, abril 2001

Publicação oficial da ABAG/RP Associação Brasileira do Agronegócio da Região de Ribeirão Preto

Agrishow

Ribeirão Preto é sede de megaevento internacional

Entre 30 de abril e 5 de maio, ocorre na cidade de Ribeirão Preto a terceira maior feira de agribusiness do mundo e a mais importante da América Latina: a Agrishow 2001. A oitava edição da Feira Internacional de Tecnologia Agrícola em Ação e a 2ª Feira Internacional de Tecnologia Aplicada à Nutrição e Manejo Animal – Agrishow Pastagem e Fenação - acontecem no Núcleo de Agronomia da Alta Mogiana do Instituto Agrônomo - IAC, situado no acesso de Ribeirão Preto a Sertãozinho e Dumont.

Considerada a grande difusora de tecnologia do setor, a Agrishow é realizada conjuntamente pela Associação Brasileira das Indústrias de Máquinas e Equipamentos (Abimaq), Associação Brasileira de Agribusiness (Abag), Associação Nacional para Difusão de Adubos (Anda) e Sociedade Rural Brasileira (SRB).

Referência tecnológica

Segundo Roberto Rodrigues, presidente da Abag e da Aliança Cooperativa Internacional (ACI), um dos idealizadores do empreendimento, a feira é uma referência tecnológica do agribusiness nacional, tendo-se consagrado internacionalmente como um centro de lançamentos de máquinas e implementos agrícolas. “As máquinas e equipamentos presentes na Agrishow estão no mesmo patamar tecnológico dos usados pelos mais modernos agricultores de países como Estados Unidos, Austrália, França e Canadá”, diz ele.

A feira também se caracteriza por demonstrações sobre o uso de tecnologia, produtos e equipamentos, que ocorrem em dinâmicas de campo entre os dias 01 e 04. Consideradas o ponto alto da feira, possibilitam aos visitantes comparar o desempenho tecnológico apresentado por diferentes concorrentes em práticas como colheita de feijão, amendoim, milho, algodão, fenação, distribuição de fertilizantes, corretivos, defensivos, plantio direto e muitas outras.

Na opinião de Antonio Herminio Pinazza, diretor executivo da Abag e conselheiro de Administração da Agrishow, Ribeirão Preto é a cidade ideal para sediar um acontecimento deste porte. “Por sua potencialidade e pujança econômica, a região tornou-se uma vitrine nacional do agronegócio”, diz ele. Por isso é que desde 1994 vem sendo cenário deste megaevento internacional”, acrescenta.

Conforme as estimativas dos organizadores, Ribeirão deve receber cerca de 135 mil visitantes, entre os quais 3000 estrangeiros. Para esta edição, conta com 450 expositores — 60 dos quais estrangeiros — espalhados em 170 mil m² de área de exposição, 88 mil m² de área descoberta e 30 mil m² de terreno para pastagem. “Temos um público cada vez mais exigente e qualificado. Aproximadamente 75% dos visitantes são produtores rurais, 18% cooperados, 5% profissionais do setor e o restante é formado por estudantes”, informa Pinazza.

Editorial

A ALCA e o nosso setor

Para surpresa da delegação brasileira presente no VI Fórum Empresarial das Américas, ocorrido em Buenos Aires, no início de abril, houve um consenso nas discussões sobre a desgravação tarifária, o aumento das cotas mínimas de acesso até sua eliminação e a progressiva redução dos subsídios às exportações, entre outros temas. Quando a discussão chegou no disciplinamento de medidas de apoio interno que incorporam pagamentos diretos aos produtores, não houve mais acordo. Temendo que outros países fora do continente, como o Japão e a União Européia, mantenham suas atuais políticas altamente protecionistas, os países ricos da América empurram a questão para ser resolvida nas futuras negociações da OMC. Ou seja, temem a possibilidade de perder mercados, conquistados às custas de pesados subsídios e da concorrência desleal. O impasse criado enfatiza a posição brasileira de negociar a agricultura em conjunto com outros setores, e não isoladamente, como um setor sensível, como insistem nossos primos ricos, conhecedores da competitividade do agronegócio brasileiro. Uma análise rápida permitiria inferir que a ALCA agoniza antes mesmo de sair do papel, não fosse o fato de que começa a ser discutida nos EUA a possibilidade de uma reforma estrutural da política agrícola interna, instituída nos anos 30. A relação entre o custo do protecionismo agrícola dos EUA, que atende essencialmente 20% dos grandes produtores, contra os benefícios que a criação do megabloco poderiam trazer aos outros setores e as outras economias do continente, vem sendo discutida pela comunidade acadêmica americana e tem ganhado espaço na opinião pública dos EUA. Além disso, o discurso americano na direção da eliminação dos subsídios europeus não condiz com a prática adotada domesticamente. A eficácia do protecionismo europeu também está em xeque desde a criação da “vaca louca” e da disseminação de outras doenças infecciosas. Trata-se de um excelente momento para o agronegócio nacional. É preciso que o Brasil se mantenha firme nas negociações e que junto com as reduções tarifárias que impedem o acesso a mercados, tenha a contrapartida no equacionamento dos picos tarifários e das barreiras não tarifárias, além do disciplinamento das medidas de apoio interno e dos subsídios às exportações. Tais questões transcendem o foro da ALCA ou mesmo das negociações entre Mercosul e UE e devem ser tratadas vigorosamente na nova rodada de negociações da OMC que será lançada em novembro, o que só será possível com a participação efetiva e coesa dos empresários do setor em total sintonia com o governo, como vem sendo o caminho que, finalmente, parece termos aprendido a trilhar.

Mônica Bergamaschi
Diretora-executiva da ABAG/RP